

ISSN: 0214-3402

DOI: <http://dx.doi.org/10.14201/aula202026187198>

JOVENS DA ESCOLA PÚBLICA: DIÁLOGOS E REFLEXÕES ACERCA DAS POSSIBILIDADES E LIMITES DE SEU INGRESSO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Young people of the public school: dialogues and reflections about the possibilities and limits of their entry in the Brazilian universities

Antonia Solange Pinheiro XEREZ
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Correo-e: antonia.xerez@uece.br

Luís Távora Furtado RIBEIRO
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Correo-e: luistavora@uol.com.br

Racquel VALÉRIO MARTINS
Instituto de Iberoamérica da Universidad de Salamanca, USAL (UPT)
Correo-e: racquelvm@gmail.com

Karla Angélica Silva do NASCIMENTO
Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)
Correo-e: karla.asn@gmail.com

Recibido: 3 de diciembre de 2019
Envío a informantes: 15 de enero de 2020
Aceptación definitiva: 11 de mayo de 2020

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo refletir acerca dos limites e possibilidades de acesso do estudante do ensino médio da rede pública brasileira à universidade. Para tanto, por meio das metodologias interativa, dialógica e reflexiva aplicadas no

desenvolvimento de um projeto de extensão desenvolvido na Universidade Estadual do Ceará (UECE), foi possível identificar, na fala dos duzentos participantes, compreendendo estudantes e professores do ensino médio, elementos importantes para compreender o ingresso de jovens do Ensino Médio durante todo o processo da referida pesquisa. Assim, tomamos como referencial teórico-metodológico, teorias críticas que buscaram despertar nos jovens, atitudes de formação política, autonomia e emancipação. Constatamos que ainda há um distanciamento entre a universidade e a escola e que as políticas estudantis de acesso e permanência do estudante egresso do ensino médio para ingressar e permanecer na universidade não são amplamente conhecidas pelos estudantes da escola pública de ensino médio do Ceará/Brasil, *locus* desta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: jovens; escola; universidade; política estudantil.

ABSTRACT: This study aims to reflect on the limits and possibilities of access of the public high school student to the university. Therefore, through the interactive, dialogical and reflective methodologies applied in the development of an extension project developed at the State University of Ceará (UECE), it was possible to identify, in the speech of the two hundred participants, comprising high school students and teachers, important elements to understand the entrance of high school youth during the whole process of the referred research. Thus, we take as a theoretical-methodological reference, critical theories that sought to awaken in young people, attitudes of political formation, autonomy and emancipation. We note that there is still a gap between the university and the school and that the student policies of access and permanence of the student graduating from high school to enter and remain at the university are not widely known by students of the public high school in Ceará / Brazil, locus of this research.

KEY WORDS: young people; school; university; student policy.

Introdução

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, os avanços tecnológicos e as exigências do mundo do trabalho atraem o olhar de jovens que querem prosseguir seus estudos, almejando o ensino superior. A educação de qualidade para esse público mobiliza a realização de conquistas individuais e coletivas e prescinde de uma compreensão das ações políticas e dos direitos de cidadania.

Estudos como Zuin e Bastos (2019), Silva, Maia Filho e Rabelo (2019) mencionam que o desafio do ensino médio, expressado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), é posicionar os adolescentes como participantes atuantes na sociedade, buscando aproximar a escola ao contexto real do mercado de trabalho.

Para Santos, Silva e Melo (2017), a admissão desses jovens à educação superior, as políticas públicas educacionais precisam ser empreendidas para abranger o maior número possível de pessoas, garantindo condições de acesso, abrandando as dificuldades e disparidades socioeconômicas, históricas e culturais presentes.

O jovem da escola pública, que representa a maioria dos estudantes do ensino médio, ao se deparar com as altas relações candidato/vaga das universidades e não tendo recursos para custear o ensino superior privado, passam a representar a minoria no ensino superior. Podemos afirmar, dessa forma, que exista uma melhor preparação

por parte dos estudantes da rede particular, o que acarreta maior acesso às universidades públicas com mais facilidade.

Nesse contexto, nos preocupamos em identificar elementos responsáveis em oportunizar o acesso dos jovens brasileiros às universidades. Haja vista que pesquisar sobre as dificuldades que o estudante encontra em seu ingresso e permanência na Universidade é relevante, visto que o papel das instituições de nível superior vem ganhando cada vez mais importância no meio estudantil, uma vez que a globalização entou intensidade e ritmo ao conhecimento científico de modo geral.

À vista disso, ingressar na Universidade representa para muitos estudantes um grande passo para sua inserção no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo. No entanto, percebemos que, para muitos estudantes, a formação superior não passa de um sonho, cujas barreiras são quase intransponíveis. Desse modo, compreendendo a necessidade de verificar o ingresso da população juvenil ao ensino superior, perguntamos: quais elementos constituintes para o acesso de alunos do Ensino Médio à universidade?

Esse estudo é um recorte de pesquisa que explicita as vivências da aplicabilidade de um projeto de extensão «Educação e Cidadania: jovens da escola pública e suas possibilidades e limites para ingressarem na universidade» que ocorreu no período de março de 2016 a março de 2019, coordenado pela primeira autora e com apoio da Pro-Reitoria de Extensão – PROEX, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, de bolsistas de extensão alunos das licenciaturas e da parceria entre a Universidade e a Escola. Importa saber que o objetivo geral desse projeto de extensão foi identificar, descrever e analisar quais as dificuldades que os estudantes do ensino médio da escola pública encontram ao ingressarem e permanecerem na universidade. Todavia, buscando esclarecer a referida questão, o presente artigo tem como objetivo refletir acerca dos limites e possibilidades de acesso do estudante do Ensino Médio da Rede Pública à universidade.

As práticas do projeto de extensão que deram suporte para esse artigo envolveram cerca de 200 (duzentas) pessoas, compreendendo estudantes e professores do ensino médio e alunos dos cursos de Licenciaturas da UECE. As instituições envolvidas Escola/Universidade são ambientes educativos, portanto, requerem maior interação nos processos pedagógicos de formação educacional e humana que contemplem a formação cidadã e a compreensão desses espaços.

A extensão universitária tem como princípio a interação com a sociedade em que está inserida visando, assim, desenvolver as práticas e fortalecer os vínculos e também ampliar os setores sociais com os quais ela interage. As atividades de extensão contemplam a indissociabilidade do ensino e da pesquisa promovendo a garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humanas, ética, política, econômica, cultural e social.

A educação de qualidade para os jovens do ensino médio, mobiliza a realização de conquistas individuais e coletivas e prescinde de uma compreensão das ações políticas e dos direitos de cidadania, para que se vivencie uma sociedade democrática e com possibilidades de justiça social.

Nessa perspectiva, Calderón, Gomes e Borges (2016), evidenciam a responsabilidade social da educação superior como uma função pública e ressaltam que: «A universidade não deve limitar-se à capacitação técnica e treinamento de profissionais para as empresas; suas atividades devem possuir pertinência social» (Calderón, Gomes e

Borges, 2016: 656). Porém, configura-se um desafio complexo para as instituições de educação superior em efetivar um bom desempenho educacional e ao mesmo tempo, também formar para o desenvolvimento humano e a civilidade, no contexto do modelo socioeconômico contemporâneo. Isso nos leva a refletir acerca da pertinência social da universidade. Ao debater essa temática Goergen (2010) explicita que existem duas crenças: aquela que compreende que tal pertinência social deve atender o mercado de trabalho e outra mais ampla que responsabiliza a universidade pela formação integrada dos jovens.

Há um longo debate sobre esse assunto, se a universidade deve funcionar como um modelo empresarial e objetivar atender as demandas educacionais, científicas e técnicas, ou se deve ir além, buscar a excelência sem perder a essência (Silva, Maia Filho e Rabelo, 2019). Portanto, esses elementos serão discutidos na próxima seção.

1. As políticas de reformas e o acesso à universidade

Nas últimas quatro décadas, registramos um movimento de reforma da educação brasileira determinado pelo viés neoliberal e com o apoio dos organismos internacionais, tais como: Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros. Entre as décadas de 1980 e 1990, essas agências ampliaram o discurso em prol do domínio do conhecimento, por meio de vários documentos legais. Como entende Carvalho (2010), a necessidade de adaptação dos sistemas escolares aos processos produtivos, via reformas educacionais, é uma estratégia do capital, um meio para resolver problemas derivados das necessidades postas pela crise do capitalismo.

É nesse contexto que o Brasil se insere ao buscar alinhar-se ao processo de internacionalização das políticas educacionais e da ideologia neoliberal. Conforme evidencia Akkari (2011: 9), «a profundidade desse processo de internacionalização varia conforme os países e regiões do mundo, gerando novas formas de regulação das políticas educacionais nacionais», o que significa que o ajuste neoliberal nas políticas educacionais alinhadas à qualificação dos trabalhadores está articulado com os grandes mentores desta veiculação, que são Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e os organismos regionais e nacionais a eles vinculados. Estes são os «tutores» internacionais da política educacional no Brasil que deram suporte as reformas do aparelho de Estado e um novo ordenamento jurídico para as reformas educacionais e das instituições de ensino superior.

Por conseguinte, Freitas (2012), ao se referir à complexidade da reforma educacional guiada por organismos internacionais, enfoca o sistema avaliativo da Educação. Como exemplo, cita que na esfera internacional quem controla a qualidade da Educação não é mais a UNESCO, órgão tradicionalmente ligado à Educação, mas a tutela está a cargo da OCDE, cujo órgão está ligado aos empresários.

A Reforma Universitária Brasileira dos anos de 1970 e a nova legislação dos anos 1990 – com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), já no período democrático sob a vigência da Constituição de 1988 – nos remetem para possibilidades de avanços da política educacional em vários aspectos da Educação Básica, modalidades de ensino e também educação superior. Nesse sentido

Bastos e Bridi (2010), vão de encontro ao texto da LDB, com críticas pertinentes no que se refere ao artigo 43, que privilegia na definição de finalidade o modelo de ensino, em detrimento do modelo de pesquisa e ainda na mesma lei observa que o legislador, no artigo 52, evidencia aspectos quantitativos da educação ao invés dos aspectos filosóficos e sociais. Analisando esses aspectos Bastos e Bridi (2010) expressam:

Na nossa concepção uma universidade que apenas se direcione para aquisição de saberes técnicos, forma uma mão de obra especializada e não um cidadão capaz de contribuir para com a produção de conhecimentos e desenvolver suas atividades profissionais voltando-se para as necessidades sociais (Bastos e Bridi, 2010: 179).

Durante as últimas décadas o debate sobre educação esteve em evidência nas esferas nacional e internacional. O Brasil, alinhado as concepções que sustentam os princípios norteadores dos organismos internacionais, participou dos movimentos de Declarações Mundiais de Educação para Todos, especificamente, as Conferências de Jomtien em 1990, Nova Delhi em 1993 e Dakar em 2000. Diante disso, o Estado brasileiro vem adequando suas políticas e práticas educacionais as determinações do mercado e do capital, conforme Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2017), que assim expressam o *locus* de impacto dessas ações regulatórias:

Nessa direção são implementadas as propostas de avaliações das políticas educacionais, sob o estricto monitoramento do Banco Mundial, as quais alcançam todos os níveis e modalidades de ensino, da educação infantil ao ensino superior, determinando, sobretudo, a Legislação Educacional; os Parâmetros e Diretrizes Curriculares, a formulação e gestão de Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Educação e os fundos de investimentos na educação (Idem, 2017: 18).

A dinâmica do contexto político e social nos dá a clareza de que a escola e a universidade não estão em esferas dicotômicas. Os impactos reformistas e regulatórios perpassam todas as instituições do sistema educacional e vão ajustando as diretrizes dos princípios mercadológicos às ações do cotidiano institucional do ensino, da pesquisa, da extensão, do currículo, da formação de professores e da prioridade de aplicabilidade de recursos. De forma que mesmo se percebendo nessa dinâmica que gera toda essa problemática social, pouco nos resta a fazer além de uma reflexão das políticas de gestão.

Parece que já é consenso entre os críticos da educação que as duas últimas décadas reservaram ao ensino médio uma grande turbulência estrutural e conceitual, sem que, no entanto, fossem delineadas perspectivas concretas de melhoria da qualidade do ensino público.

O ensino médio é definido na legislação educacional brasileira, como etapa final da educação básica e tem como finalidades: aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, aprimoramento do educando como pessoa humana, no que concerne à formação ética, o pensamento crítico e autonomia intelectual, capaz também, de compreender os fundamentos científico-tecnológicos, das relações de produção articulando teoria e prática.

O fortalecimento dos laços entre escola e universidade pode atender essas diretrizes, em caso análogo, a indissociabilidade extensão, ensino e pesquisa. A extensão

ocorre ao aproximar a problemática ao debate na academia, para disseminar as pesquisas educacionais, contribuindo com o conhecimento e com a formação humana e social dos acadêmicos e professores envolvidos na proposta (Arruda e Arruda, 2015).

Vimos que, nos últimos 30 anos os cursos de pedagogia no Brasil passaram por profundas mudanças estruturais em suas legislações e regimentos, com as reformas na realidade educacional brasileira (Rabelo, 2017; Goergen, 2010). A existência de leis, planos ou metas para a educação não asseguram seu sucesso no cotidiano da sala de aula. Importa saber que o prisma investigativo do cenário atual da educação no ensino superior, as leis não asseguraram muitas mudanças efetivas na prática formativa do educador, mas o surgimento destas induziu, de certa forma, um amplo debate sobre a problemática da formação (Zuin e Bastos, 2019; Silva, Maia Filho e Rabelo, 2019).

Desse modo, observamos que o debate sobre as dificuldades que o estudante encontra para seu ingresso e permanência na universidade é relevante, visto que o papel das instituições de nível superior vem ganhando cada vez mais importância no meio estudantil, uma vez que: «Mesmo sem dispor de dados estatísticos, a experiência acadêmica de muitos anos nos mostra que a principal expectativa daqueles que entram na universidade é a formação profissional» (Goergen, 2010: 18).

Nesse contexto, o mesmo autor explicita que os jovens desejam adquirir na universidade conhecimentos e habilidades para conseguirem uma boa colocação no mercado de trabalho cada vez mais competitivo. No entanto, percebe-se que, para muitos estudantes, a formação superior não passa de uma utopia.

Apesar de haver ocorrido na década de 90 um significativo aumento de vagas no vestibular na rede pública de ensino, foi na rede privada que ele atingiu o maior percentual de aumento: 147,9%. Tal fato indica que um significativo número de jovens não tem acesso ao ensino público e gratuito, restando-lhe somente a opção de pagar seus estudos de nível superior. A rede privada, desde 1990, oferece, aproximadamente, 70% das vagas no vestibular e, o conjunto da rede pública, 30% (Soares, 2002: 115).

No processo de desenvolvimento e aplicabilidade do projeto de extensão buscamos compreender os desafios enfrentados pelos jovens oriundos da escola pública que desejam ingressar na universidade, uma vez que, no que pese os avanços de políticas educacionais nos últimos vinte anos o ensino superior não se encontra plenamente democratizado. De acordo com Carvalho (2014: 42), «porém, na utilização do termo democracia, seja quando seu sentido salienta uma forma de organização de vida em sociedade ou quando salienta uma forma de governo, está presente uma concessão de direito de participação».

Acreditamos que conhecendo melhor a realidade desses alunos e os problemas enfrentados por eles, teremos um melhor embasamento para discussões e reflexões acerca dessa problemática. A relevância de um estudo como este reside, principalmente, na formulação de estratégias que nortearão a luta pela garantia de igualdade no acesso e permanência no nível superior.

Nesse sentido, argumentamos que a indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa na Universidade não é apenas o principal caminho para a efetivação dessa proposta, mas também ampliará a qualidade da formação docente e conduzindo, pelos caminhos da pesquisa acadêmica e da compreensão das problemáticas da realidade educacional, a elaboração de estratégias para possibilitar o maior ingresso de estudantes egressos da escola pública na universidade.

2. Estratégias metodológicas da relação dialógica entre universidade e escola

O estudo dentro do paradigma interpretativo, com abordagem qualitativa do tipo pesquisa-ação desenvolveu atividades que envolveram, no total, 200 (duzentos) professores e estudantes, aproximando-os do debate sobre a problemática que dificulta o diálogo entre escola e universidade. O debate foi realizado em clima de ludicidade e acolhimento, a partir de depoimentos e relatos, utilizando recursos didáticos tais como: instrumentos musicais, audiovisuais, teatro, paródias, minicursos e oficinas.

Para Guba e Lincoln (1994) e Alves-Mazzotti (1996), o paradigma interpretativo na pesquisa busca entender a realidade por intermédio dos olhos dos outros. Tal modelo estabelece uma abordagem qualitativa que pode ajudar a esclarecer e compreender fenômenos sociais, observando-os e interpretando-os conforme a percepção dos participantes *in loco* (Minayo, 1994).

A proposta do projeto de extensão teve como objetivo geral de natureza acadêmica buscar desenvolver ações da Universidade Estadual do Ceará ações que envolvessem seus alunos das licenciaturas no debate da escola pública versus universidade. Além disso, promover também o retorno desses jovens, futuros profissionais da educação, para atuação na escola pública com mais vigor e conhecimento.

A parceria ocorreu com uma escola pública estadual localizada no mesmo bairro da Serrinha no entorno do Campus do Itaperi da UECE, com o objetivo de identificar, descrever e analisar quais as dificuldades que os estudantes do ensino médio desta escola pública encontram ao ingressarem e permanecerem na universidade. Outros objetivos mais específicos foram contemplados no percurso para se chegar aos resultados aqui explicitados entre eles estão: compreender o que leva a desmotivação dos alunos na tentativa de ingresso no nível superior e a partir dessa problemática gerar estratégias de transformação dessa realidade; divulgar políticas afirmativas das universidades em prol da permanência do alunado de baixa renda; debater as políticas públicas voltadas para a educação que visam garantir o ingresso dos estudantes da rede pública na universidade; explicitar as políticas estudantis da UECE e disseminar a ideia de que é possível ingressar e permanecer na universidade pública durante a formação superior.

Foram utilizados referenciais bibliográficos durante todo o trabalho com os professores e alunos, cuja fundamentação teórica possibilitou melhor compreensão dos indicadores recolhidos na pesquisa, bem como uma interpretação acerca dos dados obtidos no momento da aplicação dos questionários. De acordo com Minayo (1994: 14), «quando o observador é da mesma natureza que seu objeto de estudo, ao observar a realidade do campo de pesquisa, o observador, torna-se uma parte de sua observação». Pensando nisso, essa investigação possibilitou pensar teoricamente sobre uma situação prática, ao mesmo tempo, reviu os princípios formativos da ação docente desempenhada.

Dando início ao processo, foram realizadas visitas com atividades práticas de interação entre a UECE e a Escola selecionada, oportunizando diálogos com o núcleo gestor, coordenação pedagógica, professores, funcionários, alunos e comunidade escolar, objetivando uma efetiva troca de conhecimentos, saberes e experiências.

Fizemos, na universidade, a divulgação do projeto e suas ações na escola com o intuito de aproximar a problemática do debate acadêmico, bem como disseminar as discussões nas disciplinas de Política Educacional, Estrutura do Ensino Fundamental

e Médio, ministradas nos cursos das Licenciaturas em Educação Física, Química, Física, Filosofia, Letras, Música e História, com o intuito de contribuir com a formação profissional dos licenciados e futuros professores envolvidos na proposta.

Realizamos estudos do Projeto Político Pedagógico (PPP), das matrizes curriculares do ensino médio e de outros documentos da Escola de Ensino Médio à qual estávamos dialogando, assim como documentos norteadores da Secretaria de Educação do Ceará. SEDUC-CE, para compreendermos os princípios e fundamentos que norteiam a proposta formativa da escola e sua articulação com a formação política e cidadã dos estudantes de ensino médio objetivando fazer análises fundamentadas em teorias educacionais, sociológicas e de formação humana.

A relação dialógica, conforme Freire (2006), aconteceu com as visitas à escola para acolhimento e explanação do plano de trabalho e realização de eventos que envolviam os atores sociais dessa pesquisa e permitiam a expressão dos alunos, professores e comunidade sobre os espaços públicos da escola e da universidade.

Nesse sentido, os diálogos fluíam acerca do distanciamento de convivência dessas instituições, das dificuldades que o egresso do ensino médio e seus familiares enfrentam para conseguir acesso à universidade e mesmo quando isso ocorre como superar as dificuldades para que tal estudante permaneça cursando a graduação. Muitos precisam trabalhar, outros são oriundos de diversos municípios e não tem recursos para permanecerem na cidade universitária. Estamos debatendo uma problemática social.

Diante disso, foram promovidas rodas de conversas, palestras, seminários e minicursos com conteúdos direcionados para o debate de estratégias para enfrentar a problemática de acesso, processo pedagógico e permanência nos espaços educativos e institucionais da escola e universidade pública. Assim, reforçamos a importância da participação política, conquistas de cidadania, cuidado ambiental, entre outros assuntos como: direitos e deveres, princípios fundamentais da democracia e da justiça social.

Todas essas práticas promoveram um ambiente lúdico e acolhedor com roda de conversas, música, poesia, arte, dinâmica de grupo e toda forma de expressão que os jovens desejaram demonstrar. Esses momentos permitiram a participação de todos de forma descontraída e espontânea. Em outras oportunidades, socializamos experiências e depoimentos de estudantes universitários egressos da escola pública e de professores que relatavam a sua trajetória formativa e experiências colaborativas.

O cronograma de execução compreendeu estudos orientados aos bolsistas, pesquisas, participações em eventos, visitas à escola e ações pedagógicas desenvolvidas na escola ou na universidade para a plena realização dos objetivos desta pesquisa. Durante os dois anos de aplicação deste projeto de extensão, tivemos a colaboração de cinco bolsistas vinculados ao projeto de extensão e a colaboração voluntária de professores do Centro de Educação da UECE e convidados de outras Instituições de Ensino Superior do Ceará.

Com a concretização de vários eventos na Escola, o segundo passo foi a realização da visita dos alunos à universidade. Assim efetivamos um encontro no auditório principal com a participação de professores, gestores e alunos do terceiro ano do ensino médio, sendo recepcionados pelos universitários das licenciaturas de Educação Física, Matemática, História, Ciências Sociais e Filosofia. Na ocasião, debatemos questões pertinentes à escola e, principalmente, o acesso e a permanência do egresso do ensino médio aos cursos de graduação da universidade.

A coleta de dados nesta investigação representou um processo dinâmico realizado entre junho de 2018 e março de 2019, tendo como instrumentos: a) observação; b) diário de campo; c) questionários. Esses contemplam informações necessárias ao estudo para identificar, descrever e analisar as dificuldades que os estudantes do ensino médio da escola pública, encontram em ingressarem na universidade.

Com base em Minayo (1994), tais instrumentos foram fundamentais pela razão de evidenciarem a qualidade das ações; destacarem tanto os efeitos das ações previstas quanto as imprevistas; e, permitirem o olhar sobre os acontecimentos, a partir de variados ângulos.

Os dados das observações e as anotações no diário de campo foram concebidos durante os meses de junho de 2018 a março de 2019 e abrangeram fatos e acontecimentos proporcionados no decorrer da pesquisa. De posse desse material, foram realizadas diversas leituras para estabelecer uma visão geral dos dados e, depois, analisar os elementos da pesquisa.

Os debates ocorreram em clima de ludicidade, com boa participação dos envolvidos. Explicitamos, a seguir, alguns aspectos relativos ao nosso problema de pesquisa que se materializou na realidade vivenciada pelos jovens que lutam para terem acesso a um direito constitucional que é a educação de qualidade.

3. Resultados e impactos para a população atendida

Percebemos nas falas dos alunos do terceiro ano da Escola de ensino médio, que participaram do projeto de extensão, uma elevação da autoestima e isso também foi visível no processo de interação pela forma de interesse demonstrada ao participarem dos eventos. Os alunos faziam questionamentos e também respondiam questões que envolviam suas rotinas no cotidiano da escola e nas perspectivas de cursarem uma faculdade.

Sobre os limites, os estudantes apontaram a necessidade de trabalhar para ajudar a prover o sustento da família. Eles evidenciavam a alta concorrência candidato/vaga e a falta de perspectiva em conseguirem fazer uma boa prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), considerando que não tinham acesso ao cursinho preparatório e ao material didático pedagógico que os levassem a mudar de nível educacional e de *statu quo*.

De acordo com Santos, Silva e Melo (2017: 183), «o Enem, em conjunto com outros programas do Governo Federal, como o Sisu, representa um enfrentamento contra os problemas de desigualdade educacional no Brasil, fomentando a democratização do acesso ao ensino superior». Para os autores, a democratização desses programas é fundamental para encarar o problema de acesso à universidade, principalmente quando possibilita o ingresso no ensino superior. Tanto o Enem quanto o Sisu possuem o objetivo de facilitar o acesso da classe menos favorecida às universidades públicas e privadas do país.

Sobre as possibilidades, podemos destacar o interesse desses jovens pelos depoimentos dos alunos das graduações da UECE sobre a possibilidade de estudarem vida toda na escola pública e conseguirem acesso a uma vaga na universidade pública.

Em consonância, Zuin e Bastos (2019) ressaltam que há políticas públicas educacionais designada aos grupos minoritários, direcionadas ao acesso ao ensino superior,

nomeadamente na Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 que institui a reserva de vagas, as conhecidas cotas. Nessa lógica, uma parte considerável das instituições públicas de ensino, apoiam as cotas como política de ação afirmativa com a finalidade de expandir o acesso às suas vagas para os indivíduos que fazem parte de grupos minoritários.

Outro ponto do debate que causou impacto positivo nas possibilidades de ingresso ao ensino superior, foi a informação de que a universidade pública dispõe de equipamentos existentes em prol da permanência desses jovens. Nesse sentido, foram explicitadas as políticas de extensão, destacando-se os equipamentos disponíveis como o curso UECE/VEST, preparatório para o vestibular e o ENEM, o Restaurante Universitário, o Ginásio de Esportes, os Laboratórios, os Cursos de Línguas e bolsas de iniciação científica, extensão, monitoria e de iniciação ao trabalho juvenil, entre outros.

Os alunos demonstraram interesse pela política estudantil da UECE e as possibilidades de acesso aos programas de bolsas de Extensão, Monitoria, Iniciação Científica, Programa de Educação Tutorial, Hospital Veterinário, Biblioteca entre outros, o que demonstrou um aumento de suas motivações e perspectivas de ingresso em um espaço tão distante da vida do trabalhador – a universidade pública. Por outro lado, houve registro do impacto do projeto na formação docente promovida pela UECE, pois os graduandos envolvidos nos debates expressaram interesse em atuar nas escolas e ajudar a elevar o nível e a qualidade da educação básica, uma vez que ficaram sensibilizados em debater a formação da escola pública e criticaram as políticas e reformas de ensino médio que buscam formar a força de trabalho para alavancar o sistema capitalista e manter um contingente de reserva no trabalho precarizado e explorado.

Em todas as etapas do projeto observamos que ocorreu articulação entre ensino, pesquisa e extensão, porém foram registradas dificuldades operacionais que limitaram as etapas do nosso trabalho. Entre elas mencionamos a confecção de material didático, a falta de cartazes para afixar no mural da escola, falta de transporte para as visitas, recursos de equipamentos eletrônicos para palestras e reuniões, e finalmente, as várias oficinas que não se realizaram devido à ausência desses elementos sendo que o elemento mais impactante que dificultou o alcance dos nossos objetivos foi a baixa quantidade de bolsas ofertadas, que foi insuficiente para ampliar as atividades do projeto.

Entretanto, mesmo com poucos bolsistas observamos que todos que trabalharam nesse projeto desenvolveram suas tarefas com competência e motivação. A cada semestre envolvíamos novos estudantes das licenciaturas e a energia contagiante dos jovens foi força impulsionadora para que os debates se realizassem de forma dialógica, interativa e com criticidade, colaborando assim, para o crescimento e autonomia de todos os sujeitos envolvidos.

Para a universidade foi um momento de resgate da dívida social e uma forma de dar visibilidade à função social da universidade, que tem por princípio, cumprir com o seu papel na sociedade, contemplando de forma ampla o ensino, a pesquisa e a extensão e contribuir na formação de cidadãos éticos e responsáveis pelo bem estar social.

4. Considerações finais

A discussão acerca das vivências dos jovens da escola pública explicita os diálogos e as expectativas acerca das possibilidades e limites desses jovens concluírem o ensino médio, passarem em um exame seletivo para ingressarem em uma universidade e

concluírem uma graduação. Essa longa trajetória de lutas e expectativas foi debatida durante dois anos por professores e estudantes da escola e da universidade articulados por um projeto de extensão universitária com ações planejadas e desenvolvidas nesses espaços educativos.

A pesquisa, que ocorreu por meio de um projeto de aplicabilidade das práticas extensionistas, atendeu ao objetivo de refletir acerca dos limites e possibilidades de acesso do estudante do ensino médio da rede pública. A universidade socializou, com os envolvidos, as estratégias integrativas entre escola e universidade e, por fim, potencializou os meios de acesso destes alunos aos espaços e equipamentos públicos que estão à disposição dessa demanda e, muitas vezes, não são conhecidos por esses estudantes devido sua própria condição social.

Em algumas atividades, os gestores da escola e o Pró-Reitor de Extensão da UECE participaram do ciclo de debates em uma roda de conversa envolvendo alunos da escola e da universidade o que se configurou em um avanço dialógico e pleno de realização dos objetivos da pesquisa, bem como em contribuições para novas propostas envolvendo os sujeitos dessas instâncias educativas.

Assim, constatamos que ainda há, sim, um distanciamento entre a universidade e a escola e que as políticas estudantis de acesso e permanência do estudante egresso do ensino médio, para ingressar e permanecer na universidade não são amplamente conhecidas pelos estudantes que desejam cursar uma universidade no Ceará/Brasil, *locus* desta pesquisa.

O projeto de extensão é uma a forma da universidade cumprir com o seu papel social e com a formação cidadã da comunidade. A visibilidade institucional da universidade pública se expressa no cumprimento do seu papel de produzir conhecimento científico e desenvolver seu papel social e político no contexto histórico e social.

5. Referências

- AKKARI, Abdeljalil (2011). *Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios*. Petrópolis: Vozes.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith (1998). *O método nas ciências sociais* (pp. 109-187). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- ARRUDA, Eucídio Pimenta e ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta (2015). Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. *Educação em Revista*, 31(3), 321-338.
- BASTOS, Carmen Celia Barradas Correia e BRIDI, Jamile Cristina Ajud (2010). A Educação geral na história curricular da universidade brasileira. In Elisabete Monteiro de Aguiar PEREIRA (org.) *Universidade e Currículo: perspectivas de educação geral*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (2012). Resolução n.º 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília.
- CALDERÓN, Adolfo Ignacio; GOMES, Cleber Fernando e BORGES, Regilson Maciel (2016). Responsabilidade social da educação superior: mapeamento e tendências temáticas da produção científica brasileira (1990-2011). *Revista Brasileira de Educação*, 21(66), 653-679. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216634>. Acesso em: maio de 2020.
- CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de (2010). Conhecimento e profissionalização no ensino médio: a lógica da naturalização e da adaptação social. *EccoS Revista Científica*, 12(2), 289-306. São Paulo, jul./dez. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/715/71518580003.pdf>. Acesso em maio de 2020.
- CARVALHO, Maria João (2014). *Os poderes e a escola*. Santo Tirso – Portugal.

- FREIRE, Paulo (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREITAS, Luiz Carlos (2012). Agenda dos reformadores empresariais pode destruir a educação pública no Brasil. *Revista Adusp*, São Paulo, (53), 6-15. Disponível em <http://www.adusp.org.br/files/revistas/53/matoz.pdf>. Acesso em maio de 2020.
- GOERGEN, Pedro (2010). Formação superior: entre o mercado e a cidadania: In Elisabete Monteiro de Aguiar PEREIRA (org.) *Universidade e Currículo: perspectivas de educação geral*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- GUBA, E. G. e LINCOLN, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. *Handbook of qualitative research*, 2(163-194), 105.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (1994). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 6.ª Edição. Petrópolis: editora Vozes.
- RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana e MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (orgs.) (2017). *O movimento de educação para todos e a crítica marxista*. Fortaleza: Imprensa Universitária.
- SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; SILVA, Maria Kélia da e MELO, Silvano Ferreira (2017). A democratização do acesso ao ensino superior: considerações sobre a adesão da UERN ao exame nacional do ensino médio. *Educação & Formação*, 2(6 set/dez), 165-185. <https://doi.org/10.25053/edufor.v2i6.2580> Acesso em maio de 2020.
- SILVA, Maiara Lopes da; MAIA FILHO, Osterne Nonato e RABELO, Josefa Jackline (2019). As condições de trabalho do professor universitário substituto na contemporaneidade: explorando a realidade de uma universidade pública. *Educação & Formação*, 5(13 jan/abr), 215-234. <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i13.1002>. Acesso em maio de 2020.
- SOARES, Maria Susana Arrosa (2002). O acesso à educação superior e sua cobertura demográfica. In Maria Susana Arrosa SOARES (coord.). *A Educação Superior no Brasil*. Porto Alegre/RS.
- ZUIN, Aparecida Luzia Alzira e BASTOS, Eliane (2019). A justiça social por meio das cotas na Universidade Federal de Rondônia. *Educação & Formação*, 4(12 set/dez), 104-123. <https://doi.org/10.25053/redufor.v4i12.945>. Acesso em maio de 2020.